



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezessete, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Guedes – Presidente, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Vice-Presidente e Alessandro Luiz Bonifácio – 1º Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência do vereador Flávio de Almeida. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião. Em seguida, o Senhor Presidente convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente: “eu gostaria de informar a todos os vereadores que a reunião entre a Câmara e a AngloGold foi marcada para o próximo dia 03 de maio, às dez horas, na Travessa Abílio Tito Couto, 141 (antiga Pensão Retiro). A lista de confirmação de presença será passada a cada um dos senhores para assinatura. Obrigado”. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia onze de abril de dois mil e dezessete, e a Ata da Reunião Ordinária do dia dezoito de abril de dois mil e dezessete foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas por nove votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: “Parecer 03/2017. Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Nova Lima-MG. Ementa: Indicação de nome a ser usado por parlamentar no exercício do seu mandato. Encaminha-nos o Vereador



Alessandro Luiz Bonifácio, na condição de Secretário da CMNL, na reunião ordinária do dia 18/04/2017, solicitação verbal de parecer sobre “qual nome o parlamentar poderá usar durante o exercício do seu mandato”. Consoante a melhor interpretação do art. 12 da Lei 9.405/97, ao tomar posse, o candidato eleito a um cargo legislativo deve informar à respectiva Casa por qual nome será chamado dentro da Instituição (em projetos, atas, correspondências, etc.), podendo utilizar o nome de seu registro civil de nascimento, ou o nome de “urna” registrado perante a Justiça Eleitoral ou ainda pelo “nome” ou “apelido” pelo qual é conhecido no município. É o parecer, s.m.j.. Nova Lima/MG, 20 de abril de 2017. Luciano Nunes, Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Nova Lima/MG”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ok então. Então, a correspondência eu entendi. Vereador Sebastião, vereador José Carlos, vereador até para mim, então, que nós podemos usar o Boi, e que nós podemos usar o Kim do Gás, nós podemos trabalhar também com o nome de Alessandro Coxinha. Quero agradecer à Procuradoria da Casa pelo empenho, muito obrigado”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.631/2017, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo e Fausto Niquini Ferreira, que “Altera a Lei Municipal nº 2.441, de 10 de junho de 2014 e dá outras providências”. O Senhor Secretário proferiu leitura do Projeto de Lei nº 1.631/2017. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, questão de ordem. Antes de terminar a Proposição de Lei 1.631, de 07/04/2017, que Altera a Lei Municipal nº 2.441, de 10 de junho de 2014 e dá outras providências, de autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez



Morais de Azevedo e Fausto Niquini Ferreira, eu queria pedir a vocês se eu posso participar desse projeto?”. O Senhor Presidente: “vereador Fausto?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, vereador Fausto e vereador Álvaro Alonso”. O Senhor Presidente: “com a liberação dos dois vereadores, o vereador Alessandro Bonifácio fará parte”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar ao senhor que consultasse o Plenário para que nós fizéssemos parecer conjunto desse projeto, parecer conjunto das comissões”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Fausto Niquini. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. O Projeto de Lei nº 1.631/2017 foi encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer conjunto. 2) Projeto de Lei nº 1.632/2017, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo e Fausto Niquini Ferreira, que “Altera a Lei Municipal nº 2.475, de 17 de outubro de 2014 e dá outras providências”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, antes de ler o projeto de autoria dos dois vereadores, eu queria também participar desse, vocês me permite, por favor?”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “sem problema, vereador”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, Álvaro e o vereador Dr. Fausto Niquini. O Senhor Presidente: “com a liberação dos dois vereadores, o Alessandro Bonifácio, vereador, fará parte também desse projeto”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, Presidente”. O Senhor Secretário proferiu leitura do Projeto de Lei nº 1.632/2017. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, solicito ao senhor que consulte o



Plenário para que possamos fazer também parecer conjunto das comissões desse projeto”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Fausto Niquini. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, questão de ordem. Quero pedir Vossa Excelência se eu posso com o pedido do vereador Fausto Niquini, que o projeto é de nossa autoria, para eu ler, então, a justificativa, como nós estamos pedindo dispensa dos pareceres, então, eu tenho que ler a justificativa. O senhor permite?”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “ele não pediu a dispensa de parecer”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “não é dispensa de parecer não, é parecer em conjunto”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu tenho que ler a justificativa para os vereadores terem ciência”. O Senhor Presidente: “sim. Eu já coloquei em votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos, a solicitação do vereador Fausto Niquini”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, questão de ordem. É porque a gente já tinha discutido nas reuniões anteriores que, com a entrada do projeto, a gente não iria ler o projeto na íntegra, iria só ler a justificativa, e continua-se lendo o projeto na íntegra. Então, é só fazer a correção aí, se puder pedir ao Secretário, por gentileza”. O Senhor Presidente: “eu também estou de acordo. Só que na reunião anterior houve uma solicitação, me parece que do vereador Wesley de Jesus, que lesse na íntegra e nós fizemos esse compromisso aqui”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, pela ordem. Só para justificar e eu acho que enriquecer essa discussão, na



verdade, o pedido do vereador Wesley na sessão passada para ler o projeto todo é porque se tratava de uma emenda ao projeto e não do projeto original, acho que por isso que ele pediu para ler na íntegra, mas o projeto dando entrada na Casa, eu acho que realmente só a justificativa seria suficiente, que cada vereador no tempo oportuno poderá estudar cada projeto”. O Senhor Presidente: “espero que, de hoje em diante, os vereadores colaborem e não peçam. Ele vai fazer de acordo com a solicitação do vereador Tito. Então, o Secretário está avisado que a partir de hoje só a justificativa. Obrigado”. O Senhor Secretário proferiu leitura da justificativa do Projeto de Lei nº 1.632/2017. O Projeto de Lei nº 1.632/2017 foi encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer conjunto. 3) Projeto de Lei nº 1.636/2017, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de se afixar em lugar visível lista de profissionais de saúde em estabelecimentos públicos que menciona e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 1.637/2017, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Altera a Lei 2.002, de 11 de julho de 2007 para dar nova denominação à Rua Horácio Barbosa e denomina a via pública que menciona”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 5) Projeto de Decreto Legislativo nº 346/2017, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Nova Lima à Senhora Maria Antônia das Graças”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de



Azevedo e Ederson Sebastião Pinto, para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Resolução nº 147/2017, autoria dos vereadores Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, Ederson Sebastião Pinto e Tiago Almeida Tito, que “Modifica a redação do art. 172 da Resolução Legislativa nº 09/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e dispõe sobre o seu funcionamento”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.

2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.630/2017, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de dar outras providências” – Rua José da Silveira. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.

3) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.633/2017, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Determina o plantio de árvores frutíferas em 10% das áreas verdes como mais um critério de aprovação de loteamentos de solo em Nova Lima e dá outras provimentos”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais.

4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.634/2017, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Determina o cadastramento de pessoas desaparecidas na cidade de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais.

5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei



nº 1.635/2017, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas mineradoras do município de Nova Lima de informar ao Poder Executivo Municipal o tempo de vida útil de exploração e exploração da mina, bem como eventuais paralisações de suas atividades e desligamento de mão de obra em grande escala, dando outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação:

1) Projeto de Lei nº 1.623/2017, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Estabelece o Diário Eletrônico como meio oficial de publicação dos atos normativos e administrativos do Município de Nova Lima, além do Diário Oficial criado pela Lei nº 1.994, de 21/06/2007, e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor do projeto: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 2) Projeto de Lei nº 1.624/2017, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre o direito do cidadão de receber as notificações de multas de trânsito, aplicadas pelo Município, na forma que menciona”. Em primeira votação, aprovado por sete votos. Vereadores que votaram a favor do projeto: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, José Carlos de Oliveira, José Guedes e Silvânio Aguiar Silva. Os vereadores Tiago Almeida Tito e



Wesley de Jesus Silva encontravam-se ausentes do plenário. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, solicito ao senhor que consulte o Plenário para que façamos ainda hoje a segunda votação desse projeto”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Fausto Niquini. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado”. 3) Projeto de Lei nº 1.626/2017, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Regulamenta sobre o registro e a comunicação dos nascimentos de crianças com Síndrome de Down e de crianças com autismo nos hospitais do município e dá outras providências”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o vereador é uma ‘saissão’ de Plenário. O vereador tem todo o direito, mas na hora do projeto... Ele está é fora de pauta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “fora de pauta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “os outros dois projetos, eu quero pedir vista deles, tá?”. O Senhor Presidente: “como?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “os outros dois projetos, o 1.628 e o 1.629, eu quero pedir...”. O Senhor Presidente: “eles não vão entrar. O vereador não está, eles não vão entrar em pauta não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, está bom, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “hein? Não tem problema, não tem problema. Aqui na Câmara quando tem projetos que não é de interesse dos vereadores... Que na hora desses vereadores, principalmente os que retiraram, que são quatro, votar, ir para a rua, para a Câmara que tem o direito de trinta e cinco milhões hoje, juntar com algumas pessoas da prefeitura que não conhecem a realidade da Câmara, que não conhecem a realidade da Câmara, querendo que a



arrecadação da Câmara fosse seis milhões por ano, dez milhões. Mas na próxima semana nós vamos votar porque nós vamos ter quórum, porque hoje faltou o vereador Flávio, não tem problema. Faltou o vereador Flávio por doença, mas na próxima semana não vai ter ninguém doente não, como eu vim até de cadeira de rodas. Então, vereadores inexperientes, que estão assumindo esse mandato, não sabia nada da Câmara, por perseguição, por puxar saco do prefeito, ofertando seis milhões, e hoje deu no que deu. Isso aqui é um desabafo meu, eu tenho o direito de desabafar. Então, nós estamos protelando, protelando o tempo todo, não tem problema. Vereador que estava disputando com o Zé Guedes a cadeira de Presidente, quando ele era candidato e achou que ia ganhar do Zezé, dez milhões não dava, dezessete milhões não dava. Mas quando eu ganhei limpamente, que eles quiseram dar o tombo em mim, mas eu tive meus companheiros e viram que eu sou correto aqui vinte e quatro anos. E não sou de puxar saco do prefeito não. Fui amigo de alguns prefeitos, inimigo de outros, mas nunca puxei saco, sempre fui na lei, fui correto. Não votou hoje. Não estou nervoso, estou tranquilo, não estou nervoso, porque eles têm uma mania: ‘Zé Guedes...’. É o meu tom de voz. Eu, quando tenho que falar, eu falo na cara, não estou nervoso não. Tem mania: ‘Zé Guedes é nervosinho’. Não, nervosinho não, eu sou do direito. Então, semana que vem nós votamos, sete dias passam rápido. Vereadores, por perseguição, tentaram atrapalhar, ex-vereadores e do atual mandato, tentando me atrapalhar, não conseguiram. A obra está aí para quem quiser ver o preço, o total. Obra barata, uma obra dessas, a obra... Falavam em três milhões para avacalhar o Zé Guedes. Essa obra toda, com elevador de primeira



categoria, com tudo que nós fizemos, com dois telhados, que aqui vazava mais, precisa de o vereador ficar com guarda-chuva dentro do seu gabinete. Eu fiz a coisa correta e alguns vereadores tentando me atrapalhar o tempo todo. Mas eu sou macho, eu assumi aqui, eu sou macho. Até no final do meu mandato eu serei assim, não vou puxar saco de ninguém. Ausentes: vereador Silvânio, vereador Tito, vereador Boi e vereador Wesley. Eu recebi um recadinho do Tito aqui, porque se a gente votar esse projeto, ele vai lá pedir ao prefeito para cortar mais verba da prefeitura. Aí a briga vai ser boa, vai ser mais do que o problema dos dez milhões. Chegou agora, quer que eu... Eu não vou proteger o Tito não, não vou proteger ninguém aqui não. Eu sou correto com as coisas, eu não vou proteger nenhum vereador. Se ele estiver errado, ele está errado. Nem o vereador que... Eles falam aí na rua que nós temos um grupo, nós temos um grupo de seis sim. Nós temos que assumir isso aqui, nós temos. Os grupos aqui são seis e quatro, contra quatro, quatro que tentam avacalhar o tempo todo o meu trabalho aqui. Eu não sou coronel aqui na Câmara, eu sou do diálogo. Não venha me atropelar, que eu sou sargento, soldado, não me atropelando, sou delegado, sou tudo, sou padre, sou irmão de caridade, mas não me atropela não. Tem que me respeitar, o tempo que eu estou aqui e a minha idade, 71 anos. O Zé Guedes não tem processo não. E eu estou de olho nos vereadores recém-chegados que já fizeram coisa errada. Eu vou com calma, para eu denunciar tem que ser no papel, não estou com pressa, é coisa grave, merece cassação e fica aí dando de bonzinho, fazendo média principalmente com o público que está aqui. Então, eu vou encerrar. Vocês me desculpem o desabafo. Esse projeto aqui tem que ser



votado, tem que ser, e nós temos votos para isso, nós temos voto. Hoje não teve quórum, mas semana que vem vai ter os seis vereadores do meu grupo aqui. Eu tenho grupo aqui sim, eu tenho colegas aqui sim, eu tenho amigos aqui sim. Tenho inimigos aqui, inimigos que não sabem respeitar. Eu falo uma coisa aqui, eles vão lá, mudam e falam com o prefeito; se o prefeito quiser ouvir, que ouça. Mas o prefeito... Eu sei o modo de ele agir. A vida toda do Vítor Penido, se alguém for levar alguma coisa para ele, ele confere no mínimo com três pessoas se aquilo é verdadeiro, pessoas isentas. Ele não vai na conversa, chegou lá e fofocou não. Então, eu tive alguns problemas aqui, defendendo a Câmara sim, eu não podia aceitar os dez milhões e nós conseguimos uma verba razoável que é direito da Câmara. A prefeitura nos deve seis milhões, nós devemos a nossa obrigação, não culpa minha. Culpa iniciou-se com o senhor Cassinho, que cortou setecentos mil, ouvindo cabeças de bagre na prefeitura. Só para terminar, auditoria, a Câmara tinha duas firmas, uma foi favorável à Câmara e a outra foi a favor. Qual lado que a prefeitura foi? O senhor Cassinho? Para atrapalhar a Câmara Municipal. Corte de verba de Câmara dá cassação, não pode cortar um centavo, é a lei. Mas o orçamento está chegando aí, nós não vamos ocorrer no erro do passado. Não falha minha, não falha minha. Nós não vamos ocorrer, aí não vai ter lero-lero, ficar com o pires na mão pedindo. É dentro da lei? É dentro da lei. Sobrou dinheiro da Câmara? Devolve, dia 31 de dezembro, até as dezesseis horas. A Câmara devolveu para o senhor Cassinho. Aí ficam na rua umas pessoas que são contra mim, para me atrapalhar, dizendo que a Câmara gastou trinta milhões, vinte e nove milhões. Não. A Câmara tinha



direito em vinte e nove, a Câmara gastou vinte e quatro, com tudo que aconteceu aqui, vinte e três e pouco. Nós devolvemos, o dinheiro não vai para o meu bolso não porque eu sou honesto. O dinheiro não vai para o vereador não, tem a lei. Então, gente, vocês desculpam o desabafo aqui, porque tem certos vereadores aqui que na hora que a porca torce o rabo, a arma que eles têm mais sete dias. Obrigado. Encerrado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “quero pedir ao pessoal do transporte escolar desculpa aí, por falta de quórum não vai dar para entrar com o requerimento de vocês, mas terça-feira eu estou na luta com vocês aí, está ok? E sobre a CPI das Terras, foi aprovada hoje a Ata, então, eu sou o presidente. Meu gabinete está à disposição para vocês lá, transporte escolar, que nós temos que lutar. Isto, eu sou”. O Senhor Presidente: “eu gostaria que o pessoal esperasse um minuto, principalmente o pessoal do transporte escolar, do carro pequeno, que nós lutamos juntos e eu estou vendo uma conversa aí. Eu também, após a reunião, ia convidá-los para irem até o meu gabinete para eu dar explicação. Eu não pedi vaga para ninguém, me aponte se eu pedi vaga para carro grande para alguém. Então, tem essa conversa aí, já oriento vocês que eu não fiz isso. Eu andei com vocês o tempo todo, tem pessoas querendo derrubar vocês o tempo todo. Eu chamei o vereador Flávio, vocês sabem disso, na reunião, nós lutamos, os vereadores todos apoiaram, mas o início fui eu e o Flávio. Então, eu não estou aí para prejudicar ninguém não, o trabalhador não. Nós vamos lutar. A lei não é bem o que tem pessoas pregando não, a lei favorece vocês, podem ficar tranquilos. Volto a frisar, eu não pedi para ninguém. Obrigado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “convidar o pessoal



para a audiência pública amanhã, do Rotativo, às dezenove horas. Quem puder vir amanhã, sobre o Rotativo da cidade, amanhã, às dezenove horas”. O Senhor Presidente: “está encerrada a reunião”.\_\_\_\_\_